



sindjudES

SEMANA 23/09 A 27/09 - 2024

NOTA DE PESAR

NOTA DE PESAR

A Diretoria do Sindijudiciário vem a público, demonstrar o mais profundo sentimento de pesar pelo falecimento da

Cristina da Silva

Servidora da Comarca da Capital, Juízo de Vitória.

O velório será realizado segunda-feira, 23 de Setembro, a partir das 09:00 horas e o sepultamento será realizado às 13:00 horas no Cemitério Municipal Boa Vista. Av. Adolfo Cassoli, nº 318, São Cristóvão.

Deixamos nossas mais sinceras condolências à Família e amigos.

sindjudES

@sindjudes  

Matéria publicada em 23/09/2024



sindjudES

SEMANA 23/09 A 27/09 - 2024

REUNIÃO LARANJA DA TERRA

Reunião

24/09/2024
13h

EM CUMPRIMENTO À DELIBERAÇÃO DE AGE, SERÁ REALIZADA UMA REUNIÃO NA COMARCA DE LARANJA DA TERRA

O SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SINDIJUDICIÁRIO/ES convida os servidores da Comarca de Laranja da Terra para uma REUNIÃO, que se realizará no dia 24/09/2024, terça-feira, de forma presencial, a partir das 13h, Endereço: R. Luís Obermuller Filho, 85 – Laranja da Terra, ES.

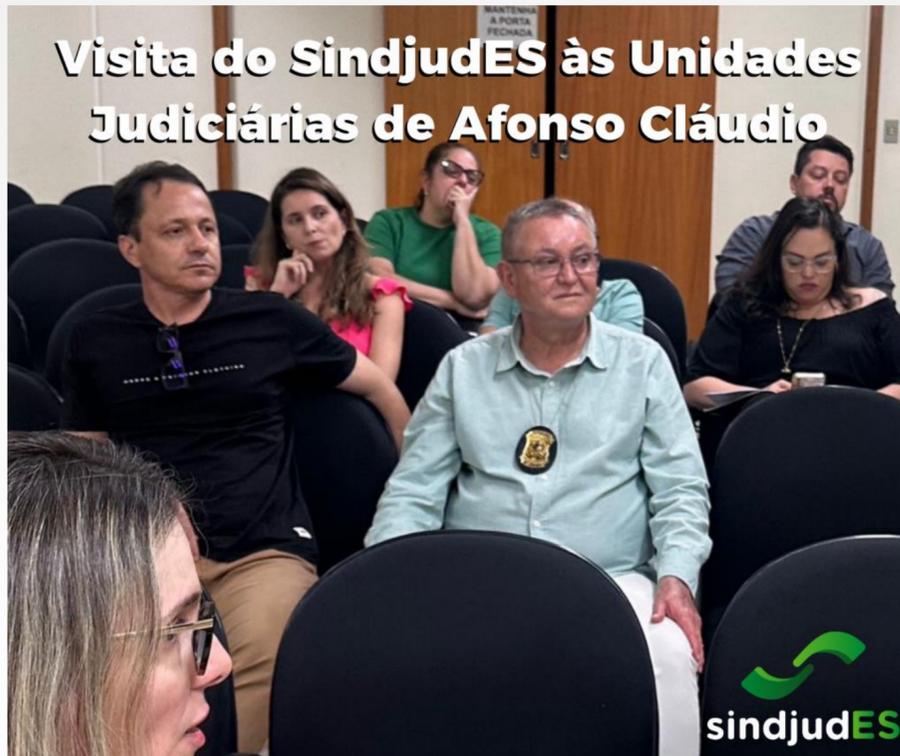
Matéria publicada em 23/09/2024



sindjudES

SEMANA 23/09 A 27/09 - 2024

VISITA DO SINDJUDES ÀS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE AFONSO CLÁUDIO



A comarca de Afonso Cláudio conta atualmente com apenas cinco servidores nos cartórios, além de uma única servidora na contadoria e distribuição, uma comissária da infância e juventude e quatro oficiais, sendo dois deles em processo de aposentadoria. Essa situação é insustentável, considerando a necessidade de mais servidores para atender à demanda. Para agravar ainda mais o cenário, a maioria dos servidores está adoecida. É fundamental que seja realizada uma remoção geral dos servidores e a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público.

Além disso, não encontramos os juízes na comarca, lembrando que são dois magistrados, sendo que um deles atua com jurisdição estendida.

Após ouvir os servidores, constatamos a solicitação de apoio psicológico, além da necessidade urgente de mais servidores.

Foi verificado também um problema recorrente em outras unidades judiciárias: a falta de uma parametrização adequada no Processo Judicial Eletrônico (PJe) no que se refere à estrutura de cargos e competências. O sistema não oferece perfis específicos para servidores e estagiários, o que leva os chefes de secretaria a solicitarem acessos indevidos para ambos por meio do "IFS Assyst."

Matéria publicada em 25/09/2024



sindjudES

SEMANA 23/09 A 27/09 - 2024

VISITA DO SINDJUES ÀS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE LARANJA DA TERRA



A visita à comarca de Laranja da Terra foi realizada conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), com o objetivo de ouvir os servidores e promover a conscientização sobre questões relacionadas a direitos postergados, falta de remoção e nomeação de servidores, entre outras situações.

O SindjudES reafirma seu compromisso com a fiscalização e a busca por melhorias.

Matéria publicada em 25/09/2024



sindjudES

SEMANA 23/09 A 27/09 - 2024

CIFRAS MILIONÁRIAS PARA A MAGISTRATURA CHAMAM ATENÇÃO; FENAJUD COBRA CNJ



Respost: Fenajud

Nesta semana, o corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Mauro Campbell Marques, cobrou explicações dos Tribunais de Justiça (TJs) dos estados e do Distrito Federal sobre os supersalários pagos a magistrados em 2023. Essa cobrança sobre as cifras milionárias levanta um debate acalorado sobre a ética, a transparência e a sustentabilidade do sistema judiciário brasileiro.

De acordo com o relatório do projeto DadosJusBr, da Transparência Brasil, os tribunais pagaram aos juízes e desembargadores cerca de R\$ 4,47 bilhões acima do teto constitucional, que é fixado em R\$ 44 mil, o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Esses valores extras, conhecidos como “penduricalhos”, incluem uma série de gratificações e auxílios, como auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-saúde, gratificações, licenças-prêmio convertidas em dinheiro, adicionais por tempo de serviço, entre outras, em muitos casos, são disfarçados como indenizatórios para evitar o “abate-teto”.

Embora a fala tenha sido sobre a prática dos “penduricalhos” e a falta de transparência nas remunerações, a Fenajud – Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados aponta que muitas das gratificações questionadas no relatório do projeto DadosJusBr estão respaldadas por resoluções do próprio CNJ, tornando-o corresponsável pelos “penduricalhos” que deveriam ser regulados com ética e conformidade.

Assim, a Federação defende que é hora de um debate mais amplo, que envolva todos os níveis e agentes do sistema judiciário, para promover reformas que assegurem tanto a justiça quanto a transparência nas remunerações dos magistrados e um orçamento saudável, que atenda também os anseios e demandas das trabalhadoras e dos trabalhadores do Poder Judiciário.

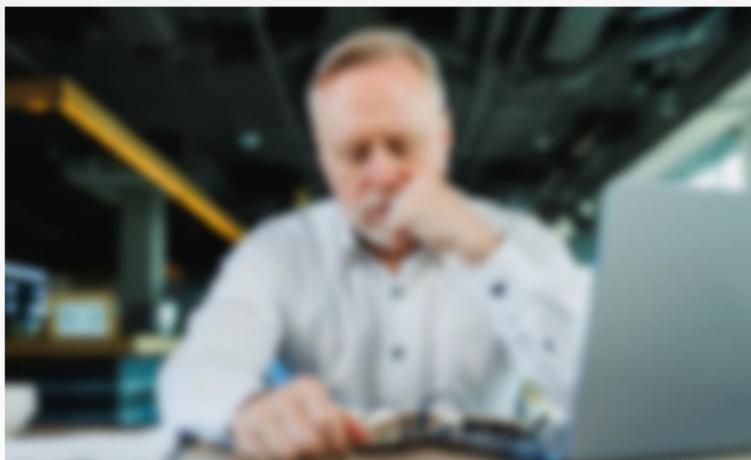
Matéria publicada em 25/09/2024



sindjudES

SEMANA 23/09 A 27/09 - 2024

ORÇAMENTO COMPROVADO: PROMOÇÕES 2023 E 2024



ORÇAMENTO COMPROVADO:
**PROMOÇÕES
2023 E 2024**



@sindjudes  

Não há qualquer óbice (legal, fiscal, orçamentário ou financeiro) para a abertura das promoções de 2023 e 2024, conforme estudos orçamentários e fiscais realizados pelo SindjudES, já entregues ao presidente do Tribunal e à Procuradoria. É inadmissível que o PJES continue transferindo essa dívida com os servidores para o Estado. Atendidos os requisitos legais, o direito à promoção incorpora-se ao patrimônio do servidor, tornando a abertura e o pagamento das promoções um dever da Administração, e não mais uma faculdade, pois o direito já está adquirido. Essa obrigação torna-se ainda mais evidente à medida que o diagnóstico financeiro, orçamentário e fiscal se apresenta extremamente favorável. O não atendimento aos requerimentos do sindicato, portanto, configura ilegalidade, visto que a não concessão da progressão funcional a um servidor público, quando atendidos todos os requisitos legais, é indevida.

Matéria publicada em 25/09/2024



sindjudES

SEMANA 23/09 A 27/09 - 2024

SINDJUDES RECEBE SERVIDORES PARA DISCUSSÃO DE PAUTAS ESPECÍFICAS



**SINDJUDES RECEBE
SERVIDORES PARA
DISCUSSÃO DE PAUTAS
ESPECÍFICAS**



@sindjudes  

Nesta sexta-feira, 27 de setembro, servidores das áreas de Eletrotécnica, Enfermagem e Engenharia Elétrica visitaram o SindjudES. O encontro proporcionou um espaço para debate e esclarecimento de pautas específicas, reforçando o compromisso do sindicato em defender os interesses da categoria.

Matéria publicada em 27/09/2024



sindjudES

SEMANA 23/09 A 27/09 - 2024

CNJ DÁ 60 DIAS DE PRAZO, E SINDICATO REQUER AO PRESIDENTE QUE EVITE A PRÁTICA DE NOMEAÇÃO DE CARGOS APENAS EM COMISSÃO



CNJ DÁ 60 DIAS DE PRAZO, E SINDICATO REQUER AO PRESIDENTE QUE EVITE A PRÁTICA DE NOMEAÇÃO DE CARGOS APENAS EM COMISSÃO.



sindjudES

@sindjudes  

O SindjudES protocolou um ofício direcionado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, requerendo, em caráter de urgência, a suspensão das nomeações de servidores não concursados para cargos comissionados. No documento, o Sindicato aponta que, nas últimas 48 horas, o TJES nomeou aproximadamente seis servidores para cargos comissionados, sem concurso, contrariando a necessidade de cumprir as exigências da legislação, que prevê o preenchimento gradual desses postos por meio de concurso público.

A medida foi tomada após a recente decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que concedeu um prazo adicional de 60 dias para que o Tribunal apresente um plano de adequação aos percentuais estabelecidos na Resolução CNJ nº 88/2009.

A decisão citada, emitida no Procedimento de Controle Administrativo (PCA) nº 0002272-35.2016.2.00.0000, estabelece que o TJES deve apresentar uma proposta detalhada para ajustar o preenchimento dos cargos em comissão aos percentuais exigidos, conforme a redação da Resolução CNJ nº 340/2020. O SindjudES reforça que, até a apresentação desse plano, novas nomeações de servidores não concursados para tais cargos devem ser evitadas.

O SindjudES destaca a importância da observância da legalidade e da transparência no processo de nomeações, reiterando seu compromisso em proteger os direitos dos servidores e em garantir que os processos de nomeação sigam os princípios constitucionais.

O Sindicato segue atento às movimentações do Tribunal e continuará a atuar em defesa dos servidores e do bom funcionamento da Justiça no Estado.

Decisão CNJ em relação ao processo da resolução 88 ([CLIQUE AQUI](#))
Requerimento ([CLIQUE AQUI](#))

Matéria publicada em 27/09/2024



sindjudES

 [Instagram.com/sindjudes/](https://www.instagram.com/sindjudes/)

 [Facebook/sindjud](https://www.facebook.com/sindjud)

 sindjud.com.br/

 [Whatsapp: \(27\) 3357-5000](https://www.whatsapp.com/chat?phone=552733575000)

**Estamos recebendo sugestões para
o nosso Giro Semanal.**



**Envie para o nosso e-mail:
imprensa@sindjud.com.br**